

Polêmica entre ONGs atrasa projeto na Amazônia

30/7/98 6m
94 A-13

Banco Mundial garantiu US\$ 35 milhões para a proteção da floresta, mas ambientalistas discutem o modelo

Ruy Fabiano de Brasília

Uma antiga divergência entre ecologistas está dificultando a negociação do maior projeto ambiental já empreendido pelo governo brasileiro: a proteção, até o ano 2000, de 10% da Floresta Amazônica, área que abrange 25 milhões de hectares — o equivalente a todo o Estado de São Paulo.

O projeto envolve o Banco Mundial, o governo brasileiro e a multinacional ambiental World Wildlife Fund (WWF) e terá seus custos definidos por meio de estudos técnicos ainda não iniciados. O Banco Mundial já garantiu aporte de US\$ 35 milhões. Estima-se que o custo total do projeto ficará entre US\$ 84 milhões e US\$ 156,5 milhões. O que retarda o programa, neste momento, é o duelo entre os ambientalistas, que lutam para moldar seu conteúdo de acordo com suas convicções.

De um lado estão os preservacionistas, que não admitem presença humana nas áreas protegidas; de outro, os conservacionistas, que defendem essa presença. O WWF (em português, Fundo Mundial para a Natureza), que teve a iniciativa de propor em nível mundial a proteção de 10% de todo o patrimônio florestal do planeta, defende a demarcação de áreas estritamente protegidas — isto é, sem presença humana.

O Grupo de Trabalhos Amazônicos (GTA), que reúne 350 organizações não-governamentais que atuam na Amazônia — entre outras, o Conselho Nacional dos Seringueiros —, quer incluir no projeto unidades conservacionistas e reservas extrativistas e ter assento no comitê gestor do projeto, que irá definir a metodologia de trabalho e as áreas a serem demarcadas.

O WWF, que tem assento no comitê gestor, se opõe. Diz que há outros projetos ambientais em curso prevendo o uso direto do solo, isto é, com presença humana. E cita especificamente o Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais (PPG-7), financiado pelos países do Grupo dos Sete, sob a supervisão do Banco Mundial, cujo objetivo é demarcar unidades de conservação e reservas extrativistas na Amazônia.

O diretor do Banco Mundial para o Brasil, Gobind Nanikani, dá razão ao WWF. Não subestima a questão social e a necessidade de envolver os habitantes da região nos projetos de proteção ambiental, mas lembra que há numerosas outras iniciativas voltadas para essa modalidade de ação ambiental.

O GTA busca apoio à sua tese junto ao governo brasileiro — mais especificamente, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Ministério do Meio Ambiente, que tentam arbitrar o conflito. O argumento é de cunho social: são escassas as verbas para o setor e a preferência deve ser dada a projetos que beneficiem a população que depende da floresta para viver. Mais: as verbas para o PPG-7 estão sendo liberadas com muita lentidão e parcimônia, bem aquém das demandas sociais da região.

Países que se comprometeram com quantias expressivas — cita-se especificamente a Alemanha, que prometeu a maior quantia, US\$ 164,9 milhões — teriam sinalizado com uma revisão desses valores. Por fim, temem as ONGs que integram o GTA que as áreas de uso indireto a serem demarcadas acabem expulsando trabalhadores rurais, agravando a questão social. Daí porque insistem em integrar o comitê gestor. “Esse comitê é estratégico”, diz Fábio Vaz, secretário-geral do GTA.

O impasse está sendo administrado com discrição pelo governo — Ministério do Meio Ambiente e Ibama —, que não quer passar para o mercado internacional a imagem de que há problemas no setor.

O comprometimento do Brasil com o projeto de proteção de 10% de suas florestas tornou-se peça importante de sua política externa. O compromisso foi assumido no final do ano passado, quando da visita do presidente Fernando Henrique à Inglaterra.

O Brasil foi o primeiro país a aderir a essa campanha, desencadeada pela WWF mundial, cuja sede é na Suíça, e imediatamente apoiada pelos países ricos. A repercussão junto a esses países foi positiva, mas não ficou claro se a proteção florestal seria estrita (sem presença humana) ou não.

O secretário-executivo do Conselho Nacional dos Seringueiros, Juan Rueda, diz que os chamados povos da floresta — índios e trabalhadores de reservas extrativistas — somam hoje 1,5 milhão de pessoas, que precisam de perspectiva econômica mais consistente para sobreviver. O diretor-executivo da WWF-Brasil, Garo Batmanian, considera esse número simplesmente absurdo. “Essa população é muitas vezes menor”, afirma.

O GTA diz que a visão preservacionista corresponde à visão primeiro-mundista em relação à floresta, que excluiria a presença humana. “O único meio eficaz de proteger a floresta é por meio da presença e ação da comunidade”, diz Avelino

Ganzer, tesoureiro do GTA. O uso indireto, pela impossibilidade de se exercer vigilância eficaz em área de tal abrangência e complexidade, acaba fa-

vorecendo o uso clandestino, seja de madeiras, contrabandistas, traficantes ou laboratórios.

As duas entidades têm publicado cartas abertas com críticas recíprocas via Internet. Até aqui, há um total de quatro mensagens. O GTA, apoiado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e pelos Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, acusa o projeto de “insuficiente”, por se concentrar apenas na demarcação de unidades de uso indireto. E informa que as áreas de reservas extrativistas e de projetos de assentamentos — ou seja, as

áreas de uso direto da terra — representam menos de 1% da floresta.

Garo Batmanian concorda com a insuficiência do projeto e diz que o WWF-Brasil jamais pretendeu, com ele, esgotar as necessidades da Amazônia. Diz que, quando decidiu investir na idéia, convidou o GTA, que não quis. Não acreditou na viabilidade do projeto. Depois, no entanto, que Banco Mundial e governo brasileiro se associaram à idéia, o GTA decidiu entrar em cena.

“O WWF vem mantendo, desde o ano passado, contatos regulares com outras organizações governamentais e não-governamentais, informando a comunidade ambientalista sobre a campanha, suas metas e os encaminhamentos dados. Repetidas vezes, recebemos o apoio das demais organizações. As críticas só passaram a surgir no momento em que o governo se comprometeu em levar o projeto adiante”, diz Garo Batmanian.

O GTA, por sua vez, diz que o WWF aproveitou-se do incêndio florestal em Roraima, que fragilizou politicamente o governo brasileiro perante

a comunidade internacional, para garantir a aprovação do projeto. O projeto, porém, não está aprovado; está apenas encaminhado.

O incêndio de Roraima efetivamente acelerou a tramitação da proposta, já que o governo buscava um meio de compensar sua omissão naquele episódio. O WWF diz que apenas teve senso de oportunidade, “o que é legítimo”, segundo Garo.

O incêndio de Roraima ensejou também parceria do governo com o GTA. A entidade integra o Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento (Proarco). O GTA divulgará trabalhos de prevenção a 120 mil famílias da Amazônia que vivem na área que vai do Acre ao Amapá.

No que se refere ao projeto de proteção florestal, a única etapa prevista para este mês, embora ainda sem data definida, é a do estabelecimento da metodologia do trabalho — identificação e criação das áreas a serem protegidas.

Essa etapa está orçada em US\$ 720 mil. O Banco Mundial entra com US\$ 300 mil, o Ministério do Meio Ambiente com mais US\$ 300 mil e o Ibama/WWF-Brasil com os restantes US\$ 120 mil.

Embora o número exato de novas áreas venha a ser determinado apenas durante a implementação do projeto, estima-se que o tamanho de cada área seja de 500 mil hectares. Projetada essa medida-padrão para os 25 milhões de hectares, o projeto global criará 50 novas áreas de proteção ambiental. Direta ou indireta, eis a questão.

A fase de identificação e criação das áreas a serem protegidas está orçada em US\$ 720 mil

O WWF defende o uso indireto das áreas protegidas, enquanto o GTA quer a proteção com a presença humana